III Cimeira UE-África - Apelos a um maior investimento em África, num encontro de resultados modestos

Nélia Ribeiro, Patrícia Magalhães Ferreira . IEEI

A III Cimeira entre a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) decorreu nos passados dias 29 e 30 de Novembro de 2010, em Tripoli, na Líbia, sob o tema "Investimento, Crescimento Económico e Criação de Emprego". Realizado dois meses após a Cimeira das Nações Unidas sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e poucos dias antes do início da Cimeira sobre Alterações Climáticas, na cidade mexicana de Cancun, este encontro entre 80 Chefes de Estado e de Governo europeus e africanos tem lugar num momento crucial para a redefinição e consolidação das relações entre os dois continentes.

Tendo em conta o clima de crescimento que o continente africano conhece e as oportunidades e perspectivas de maior integração daí decorrentes e, simultaneamente, a janela de oportunidade criada pela entrada em vigor, na União Europeia, do Tratado de Lisboa, esta poderia ser, para ambas as partes, a ocasião indicada para dinamizar e reforçar a parceria UE-África. A Cimeira UE-África é ainda uma oportunidade extremamente importante para o desenvolvimento de capacidades, por parte da Parceria, que lhe permitam adaptar-se às novas realidades e desafios internacionais com os quais os cerca de 1.5 mil milhões de cidadãos, europeus e africanos, que integram a UE e a UA se deparam actualmente. No entanto, a crise internacional e a prioridade atribuída a outros assuntos, por ambas as partes, têm tido repercussões na vontade política e na liderança necessárias para fazer avançar a parceria entre os dois continentes.

A Declaração de Tripoli

Para além do reforço da relação estratégica entre as partes e da avaliação dos progressos que a Estratégia Conjunta UE-África alcançou até ao presente, na agenda esteve a adopção do II Plano de Acção (2011-2013) da Estratégia. Este plano continua a ter por base as oitos parcerias temáticas da Estratégia Europa-África (Paz e Segurança; Governação Democrática e Direitos Humanos; Comércio, Integração Regional e Insfraestruturas; Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; Energia; Alterações Climáticas; Migrações, Mobilidade e Emprego; Ciência, Sociedade da Informação e Espaço) e as concretizações em cada uma delas, bem como roteiros de acção já existentes. O Plano adoptado em Tripolí prevê também que África seja capaz de resolver os seus próprios conflitos, prosperar economicamente e falar a uma só voz, o que parece ainda um objectivo longe de atingir. Da parte europeia, para além de se reafirmarem valores e desafios comuns a ambos os continentes, houve um reconhecimento, feito por Durão Barroso, de que são muitos os desafios e obstáculos que se colocam actualmente aos dois continentes, pelo que ambos terão muito mais a

ganhar se trabalharem conjuntamente na resolução e no combate a esses mesmos desafios.

Neste sentido, alertar para a necessidade de se proceder a uma alteração na maneira como a Europa olha para África foi outro dos objectivos incorporados nesta Cimeira, sendo que essa alteração deverá consubstanciar-se em abordagens que vão "para além do desenvolvimento, de África e das instituições". A importância de ter uma parceria centrada nas pessoas foi também reforçada neste encontro UE-África. O papel das comunidades económicas regionais e sub-regionais e de actores da sociedade civil e do sector privado foi considerado determinante para o sucesso da Parceria UE-África. Neste contexto, a Declaração aprovada resume-se a uma reafirmação do que já tinha sido dito em 2007, quando da Cimeira de Lisboa.

Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, antevia um encontro de líderes cujo propósito deveria ser a consolidação e o aprofundamento dos laços existentes entre ambos os continentes, com base "no potencial ainda não explorado das relações UE-África". No final dos trabalhos, que ficou marcado pela ausência do anfitrião, Muammar Kadhafi, Barroso afirmava que "a ajuda ao desenvolvimento não é suficiente", pelo que o "investimento e [a] organização institucional" são muito importantes para que seja possível estimular crescimento económico e promover a criação de postos de trabalho.

A <u>Declararação de Tripolí</u>, o documento final saído desta Cimeira, sublinha a renovação do compromisso dos Chefes de Estado e de Governo dos 80 países que fazem parte dos dois blocos de aproveitar conjuntamente esta oportunidade para desenvolver iniciativas que sejam mais abrangentes e mutuamente benéficas, sobretudo tendo em conta que esta Parceria constitui uma das mais duradouras relações a nível global. No entanto, isto implica transitar de uma parceria em que tem estado centrada na ajuda da Europa aos problemas africanos, para um relacionamento mais estratégico e político, focado na discussão de problemas globais e concertação de interesses comuns, o que não tem sido conseguido até à data.

No papel, e face aos desafios trazidos pela actual crise económica e financeira e pelos seus impactos a nível mundial, ficou reconhecido neste documento que a Parceria deveria passar a englobar mais respostas, participando nos processos de reforma do sistema de governação global e de resposta a problemas como as alterações climáticas, a prevenção de conflitos, a segurança alimentar, a concretização dos ODM, a promoção da igualdade de género, entre outros. A Declaração de Tripoli testemunha o empenho da Europa e de África em cooperarem de uma maneira mais adequada em organismos internacionais como as Nações Unidas ou o G20. Neste sentido, ficou assente a vontade de ambas as partes em trabalharem em conjunto, de modo a reforçarem o diálogo político e a coordenarem mais eficazmente as suas posições e abordagens quando estão em causa negociações internacionais.

Não esquecendo que faltam cinco anos para se atingir a meta estabelecida na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, realizada em 2000, para a concretrização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a Declaração de Tripoli consagra que os 80 Estados envolvidos na Parceria UE-África vão intensificar os seus esforços visando dar resposta a todos os Objectivos, sublinhando que o financiamento ao desenvolvimento deve apostar no apoio ao crescimento económico sustentável e à criação de empregos em

África, ambos determinantes para que os oito ODM possam ser alcançados. Neste contexto, foi também acordado que ambas as partes se comprometem a incentivar o sector privado, considerado um actor fundamental para que se alcance o crescimento económico sustentável e inclusivo e para que o empreendedorismo na Europa e em África possa ser bem sucedido.

No que concerne às questões de paz e segurança, a Cimeira de Tripoli reconheceu que este continua a ser um dos principais pilares da cooperação entre África e a União Europeia, pelo que os Estados se comprometeram a tornar operacional a Arquitectura Africana da Paz e Segurança, prevendo, para tal, a cooperação com as organizações regionais existentes neste domínio. Foi dada particular relevância à situação na Somália e no Sudão, particularmente ao referendo que terá lugar em Janeiro próximo naquele país.

Os parceiros africanos e europeus reforçaram ainda a sua condenação a alterações de governo que decorram de forma inconstitucional, pois consideram que esta é uma das principais causas da instabilidade, declarando-se unidos na luta contra a impunidade nacional e internacional, as violações de direitos humanos e na condenação do terrorismo, quaisquer que sejam as suas formas.

Uma nota especial foi dada aos vários eventos que decorreram à margem da Cimeira UE-África e que, de acordo com o avançado pelo Documento oficial que saiu deste encontro, contribuíram para o sucesso da Cimeira e "demonstram as dinâmicas da nossa Parceria Estratégica e o envolvimento eficaz de um leque variado de actores". O IEEI, através da Europe-Africa Policy Research Network (EARN), foi promotor de um desses eventos, realizado em <u>Cabo Verde</u> no passado mês de Outubro.

Resultados escassos

Porém, apesar de tanto a Comissão da União Europeia como a da União Africana terem afirmado que esta foi uma Cimeira de grandes sucessos, na prática os resultados alcançados foram mais modestos do que se esperava.

Terminando com um apelo ao investimento estrangeiro e com a promessa de que a parceria entre os dois blocos saía de Tripoli com energia renovada, esta Cimeira ficou marcada pela ausência de alguns dos seus principais líderes, como o Presidente francês, Nicholas Sarkozy, o primeiro-ministro britânico, David Cameron, ou a Chanceler alemã, Angela Merkel, alegadamente devido à confirmação da presença na Cimeira do Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir. O líder sudanês, que é acusado de crimes de guerra e genocídio no Darfur e alvo de um mandado de detenção do Tribunal Penal Internacional, acabou, no entanto, por não comparecer na Cimeira, mas, ainda assim, o caso "Bashir", apesar de não ter impedido a realização da Cimeira, suscitou tensões e alertou mais uma vez para as dificuldades de relacionamento entre os dois continentes.

Kadhafi, o anfitrião da Cimeira, foi uma das figuras de maior destaque, sobretudo por ter tecido duras críticas à União Europeia, logo na sessão de abertura. Kadhafi acusou a política da UE para África de não beneficiar suficientemente os países africanos e criticou a UE por, de acordo com o líder líbio, associar a ajuda que presta a África com a boa governação e com progressos em matéria de direitos humanos. Com efeito, as

condicionalidades políticas dos anos 1990 revelaram-se ineficazes na promoção da boa governação e as divergências de interesses entre os Estados europeus afectaram, muitas vezes, a coerência das posições europeias. Por outro lado, a presença de actores externos em África que preconizam um maior pragmatismo, a pimazia dos benefícios económicos mútuos e a ausência de juízos morais conferiram também uma maior capacidade de negociação aos líderes africanos e um maior espaço de defesa das suas posições junto dos parceiros externos. Assim, este encontro acabou por transmitir a ideia de que os líderes africanos começam a deixar de ver os europeus como os seus principais parceiros e a olhar para outros, como a China ou o Brasil, numa perspectiva de futuro e de importância acrescida para as suas alianças políticas e económicas num mundo globalizado.

Consulte aqui:

Parceria UE-África

Estratégia Conjunta UE-África

Relatório da 11.ª Reunião da Joint AUC-EC Task Force (Outubro de 2010)

Comunicação da Comissão Europeia sobre a Consolidação das Relações Europa-África (Novembro de 2010)